

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Brasil Notícia

Nova modalidade de contratação acelera obras públicas de infraestrutura em Goiás

.....

Capital do Entorno

Nova modalidade de contratação acelera obras públicas de infraestrutura em Goiás

.....

Meganesia

Hospital Estadual de Luziânia recebe visita do TCE-GO para implantação da Rede Nascer

.....

Blog Sandro Galvão

Diálogo Público Paraíba: inscrições abertas para encontro que acontece no dia 24 de março

.....

Nova modalidade de contratação acelera obras públicas de infraestrutura em Goiás

O governo estadual se destaca nacionalmente ao adotar nova modalidade de contratação para acelerar a execução de obras públicas de infraestrutura em Goiás. Baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), o modelo busca reduzir a burocracia e garantir eficiência no uso dos recursos públicos.

O formato não prescinde da fiscalização dos órgãos de controle, que seguem acompanhando cada etapa.

Para viabilizar a iniciativa, o governo estadual enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que autoriza a parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag). O objetivo é dar mais agilidade na aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) em projetos de recuperação, pavimentação e construção de rodovias e pontes.

Obras públicas de infraestrutura em Goiás

O novo modelo de contratação será utilizado na execução de 18 obras rodoviárias, incluindo a pavimentação de mais de 739 quilômetros de rodovias, com investimento total de R$ 1,49 bilhão. As intervenções abrangem trechos das rodovias GO-206, GO-050, GO-411, GO-180, GO-139, GO-439, GO-461, GO-470, GO-220, entre outras, beneficiando todas as regiões de Goiás.

Nova modalidade

A modalidade visa superar os entraves das licitações convencionais, que podem levar de 8 a 10 meses para serem concluídas devido a contestações e prazos de recursos. Em muitos casos, empresas vencedoras desistem das obras, obrigando o Estado a reiniciar o processo do zero, gerando prejuízos financeiros e atrasos significativos.

Com a nova metodologia, a expectativa é de que o processo seletivo para credenciar empresas qualificadas dure cerca de um mês, acelerando a entrega de obras estratégicas para Goiás.

Legalidade

O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, reforça que a legalidade do processo está assegurada pela Lei Federal nº 13.019/2014, dispensando o chamamento público em casos específicos.

"Este resultado oferece incentivos importantes para que os órgãos de controle interno e externo possam avançar e

aprofundar a compreensão do regime jurídico das parcerias sociais", pontua o procurador-geral.

O presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, destaca que o setor da infraestrutura enfrenta riscos de corrupção e lavagem de dinheiro, e que a licitação tradicional impõe prazos excessivamente longos sem oferecer segurança.

"A responsabilidade com o recurso público é a mesma, mas agora teremos mais qualidade, celeridade e entrega nos prazos. O chamamento prevê que uma empresa com maior capacidade técnica seja priorizada, e não apenas a que oferece o menor preço", explica Sales.

O credenciamento das empresas será baseado em critérios técnicos, classificando-as em três categorias (A, B e C) conforme índices de liquidez, solvência, experiência operacional e capacidade de execução simultânea de obras.

Cora é exemplo

A nova modalidade de contratação já foi utilizada com sucesso na construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), em Goiânia. As obras, iniciadas em fevereiro de 2023, avançam rapidamente, com a ala infantil já 80% concluída e previsão de entrega neste primeiro semestre.

O modelo conta com respaldo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e do Ministério Público Estadual (MPE). O vice-presidente do TCE, Sebastião Tejota, enfatizou o modelo de contratação utilizado pela Goinfra para a construção do Cora.

"A medida foi crucial para a rápida evolução das instalações, trabalho que representa uma boa aplicação dos recursos públicos. Estabelecemos uma relação de confiança e parceria com as equipes envolvidas", destacou o conselheiro.

"A burocracia de outros modelos de contratação atrasaria o avanço das obras e estamos certos de que todo o serviço feito até o momento redundou nesse estágio avançado", concluiu o conselheiro.

Nova modalidade de contratação acelera obras públicas de infraestrutura em Goiás

O governo estadual se destaca nacionalmente ao adotar nova modalidade de contratação para acelerar a execução de obras públicas de infraestrutura em Goiás. Baseado no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (OSC), o modelo busca reduzir a burocracia e garantir eficiência no uso dos recursos públicos.

O formato não prescinde da fiscalização dos órgãos de controle, que seguem acompanhando cada etapa.

Para viabilizar a iniciativa, o governo estadual enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que autoriza a parceria com o Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás (Ifag). O objetivo é dar mais agilidade na aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra) em projetos de recuperação, pavimentação e construção de rodovias e pontes.

Obras públicas de infraestrutura em Goiás

O novo modelo de contratação será utilizado na execução de 18 obras rodoviárias, incluindo a pavimentação de mais de 739 quilômetros de rodovias, com investimento total de R$ 1,49 bilhão. As intervenções abrangem trechos das rodovias GO-206, GO-050, GO-411, GO-180, GO-139, GO-439, GO-461, GO-470, GO-220, entre outras, beneficiando todas as regiões de Goiás.

Nova modalidade

A modalidade visa superar os entraves das licitações convencionais, que podem levar de 8 a 10 meses para serem concluídas devido a contestações e prazos de recursos. Em muitos casos, empresas vencedoras desistem das obras, obrigando o Estado a reiniciar o processo do zero, gerando prejuízos financeiros e atrasos significativos.

Com a nova metodologia, a expectativa é de que o processo seletivo para credenciar empresas qualificadas dure cerca de um mês, acelerando a entrega de obras estratégicas para Goiás.

O procurador-geral do Estado, Rafael Arruda, reforça que a legalidade do processo está assegurada pela Lei Federal nº 13.019/2014, dispensando o chamamento público em casos específicos.

"Este resultado oferece incentivos importantes para que os órgãos de controle interno e externo possam avançar e aprofundar a compreensão do regime jurídico das parcerias sociais", pontua o procurador-geral.

O presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Pedro Sales, destaca que o setor da infraestrutura enfrenta riscos de corrupção e lavagem de dinheiro, e que a licitação tradicional impõe prazos excessivamente longos sem oferecer segurança.

"A responsabilidade com o recurso público é a mesma, mas agora teremos mais qualidade, celeridade e entrega nos prazos. O chamamento prevê que uma empresa com maior capacidade técnica seja priorizada, e não apenas a que oferece o menor preço", explica Sales.

O credenciamento das empresas será baseado em critérios técnicos, classificando-as em três categorias (A, B e C) conforme índices de liquidez, solvência, experiência operacional e capacidade de execução simultânea de obras.

Cora é exemplo

A nova modalidade de contratação já foi utilizada com sucesso na construção do Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), em Goiânia. As obras, iniciadas em fevereiro de 2023, avançam rapidamente, com a ala infantil já 80% concluída e previsão de entrega neste primeiro semestre.

O modelo conta com respaldo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e do Ministério Público Estadual (MPE). O vice-presidente do TCE, Sebastião Tejota, enfatizou o modelo de contratação utilizado pela Goinfra para a construção do Cora.

"A medida foi crucial para a rápida evolução das instalações, trabalho que representa uma boa aplicação dos recursos públicos. Estabelecemos uma relação de confiança e parceria com as equipes envolvidas", destacou o conselheiro.

"A burocracia de outros modelos de contratação atrasaria o avanço das obras e estamos certos de que todo o serviço feito até o momento redundou nesse estágio avançado", concluiu o conselheiro.

Secretaria de Comunicação ? Governo de Goiás

Hospital Estadual de Luziânia recebe visita do TCE-GO para implantação da Rede Nascer

Equipe técnica apresenta a estrutura e os fluxos assistenciais da maternidade, destacando o compromisso com a segurança e qualidade na assistência materno-infantil

O Hospital Estadual de Luziânia (HEL) recebeu na manhã desta segunda-feira (17/3), a visita de equipe do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com o intuito de conhecer de perto o Centro Obstétrico e o Alojamento Conjunto da unidade do Governo de Goiás. A visita fez parte do levantamento das maternidades do Estado para a implantação da Rede Nascer.

Durante a visita, a equipe do HEL apresentou toda a estrutura e os fluxos assistenciais da maternidade, destacando o compromisso da unidade com a qualidade e segurança na assistência às gestantes e bebês.

A diretora técnica do HEL, Patrícia Castro, explicou que a Rede Nascer é um projeto do Governo de Goiás que busca reduzir a mortalidade materna e infantil, oferecendo cuidados essenciais para gestantes e recém-nascidos.

Entre os principais objetivos dessa iniciativa estão o monitoramento e atendimento das gestantes e mães, o fortalecimento do desenvolvimento seguro e saudável das crianças na primeira infância e a identificação de gestações de alto risco.

"O projeto também visa a atualização dos protocolos de atendimento a condições críticas, a ampliação da carteira de exames pré-natais, o reforço financeiro para os municípios, a atualização dos Planos de Ação Regionais e a capacitação das equipes responsáveis pelo atendimento materno-infantil", destacou.

Patrícia ressaltou ainda que a Rede Nascer representa um avanço essencial para a saúde materno-infantil em Goiás. "O projeto fortalece a assistência à gestante e ao recém-nascido, garantindo um atendimento humanizado e seguro, além de contribuir para a redução da mortalidade materna e neonatal. É uma iniciativa que impacta diretamente a qualidade de vida das mães e bebês atendidos em nossa unidade e em todo o Estado", afirmou.

A diretora administrativa do HEL, Ana Carolina Garcia, revelou o empenho da unidade em aprimorar seus serviços, investindo na capacitação das equipes e melhorias estruturais para garantir um atendimento cada vez mais humanizado, seguro e de excelência à população.

Julianna Adornelas (texto e foto)/Instituto Patris

Diálogo Público Paraíba: inscrições abertas para encontro que acontece no dia 24 de março

Estão abertas as inscrições para o Diálogo Público Paraíba. O evento, destinado a gestores municipais, será realizado no próximo dia 24, das 8h30 às 17h, na sede do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). Cada município poderá inscrever até dois participantes. As vagas são limitadas. Inscreva-se aqui.

Promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em parceria com o TCE-PB, o encontro marca a volta do projeto do TCU direcionado à transformação social e ao desenvolvimento do país. O evento terá a presença dos presidentes do TCU, ministro Vital do Rêgo, e do TCE-PB, conselheiro Fábio Nogueira, além de autoridades das três esferas da federação.

O Diálogo Público Paraíba promoverá debates essenciais para a Administração Pública e para o Desenvolvimento Regional e representa importante fórum de discussão para os desafios enfrentados pelos gestores municipais. Os painéis serão conduzidos por especialistas e abordarão temas como: "Obras públicas: execução, fiscalização e prestação de contas", "Primeira infância e gestão municipal: caminhos para uma política intersetorial" e "Transferências especiais: desafios e oportunidades".

Os inscritos receberão e-mail do Instituto Serzedello Corrêa (ISC) confirmando a participação no encontro. Mais informações podem ser obtidas por meio do endereço dialogopublico@tcu.gov.br ou pelo telefone (61) 3527-5831.

DIÁLOGO PÚBLICO PARAÍBA

Data: 24/3/2025

Horário: das 8h30 às 17h

Local: sede do TCE-PB

Mais informações: dialogopublico@tcu.gov.br ou (61) 3527-5831

Inscrições: aqui. https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=ISCNET2_PAR:106:::NO:106:P106_COD:247607

Programação

8h Credenciamento

9h Cerimônia de Abertura

10h Palestra Magna - Atas de registro de preços: requisitos e precauções para a adesão

Cezar Miola - Conselheiro do TCE-RS e Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais da Atricon

10h Painel de discussão 1 - Primeira Infância e Gestão Municipal - Caminhos para uma política intersetorial

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - a confirmar

Conselheiro Edson José Ferrari (TCE/GO) - a confirmar

Conselheiro Andre Carlo Pontes - Vice-Presidente do TCE/PB

Vanessa Lopes de Lima - Secretária de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável do TCU

12h Almoço Livre

14h Painel de discussão 2 - Obras Públicas: Execução, fiscalização e prestação de contas

Keyla Araújo Boaventura - Secretária de Controle Externo de Infraestrutura do TCU

Eng. Rodrigo Flores Gorski - Gerente Nacional e Coordenador da Sala do PAC na CAIXA

Evaldo Araújo Ramos - Auditor Federal de Controle Externo do TCU

15h coffee break

16h Painel de discussão 3 - Transferências Especiais: Desafios e Oportunidades

Waldemir Paulino Paschoiotto - Secretário-Adjunto de Relações Institucionais do TCU

Patrícia Coimbra Souza Melo - Auditora chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Gestão do TCU

Michel de Oliveira Bandeira - Auditor Federal de Controle Externo do TCU

Luzemar da Costa Martins - Auditor de Controle Externo do TCE/PB